

Encampação da Famema e da Famerp

CO diz não às pressões do governo e exige negociações que prevejam a consolidação da expansão

Diante da preocupação generalizada por parte da comunidade acadêmica, expressa nas decisões das congregações, que pedem a garantia de verbas definitivas para a expansão já realizada antes da concretização da encampação, os conselheiros rejeitaram as pressões eleitorais para incorporar as faculdades de Marília e de Rio Preto neste momento, conferindo ao reitor, assessorado por uma comissão, a tarefa de negociar com o governo estadual

Com a presença de 60 de seus 75 conselheiros, o Conselho Universitário da Unesp tomou uma decisão importante em sua reunião de 23/3/2006, convocada para debater a encampação das Faculdades de Medicina de Marília (Famema) e de Rio Preto (Famerp). Por unanimidade, eles rejeitaram as pressões do governo Alckmin, que tenta impor a encampação de acordo com as necessidades do calendário eleitoral.

A Adunesp e o Sintunesp apresentaram aos conselheiros um boletim intitulado **“Não à incorporação, neste momento, da Famema e Famerp pela Unesp”**, que havia sido distribuído em toda a Universidade. O material alertava para o grave risco de se aprovar a encampação sem a devida garantia de verbas definitivas, tanto para este processo quanto para a consolidação da expansão de vagas já executada. A maioria das congregações e das reuniões realizadas para discutir o assunto havia apontado neste sentido.

A reunião do CO deliberou que caberá ao reitor Marcos Macari, com o assessoramento de uma comissão especial (*veja ao lado*), negociar com o governo os termos da incorporação. A negociação da incorporação deve considerar, também, os recursos necessários para a consolidação da expansão já realizada na Unesp, que ainda depende de repasses extras e desvinculados do

percentual fixo do ICMS. A expansão na Unesp, que começou em 2002, durante a gestão Trindade, redundou na criação de sete novas unidades e 39 novos cursos, correspondendo a 1.825 novas vagas.

Manobra de última hora

No dia 22 de março, véspera da reunião do CO, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico encaminhou novas propostas de minuta, uma para cada universidade. Na minuta à Unesp, o governo do estado compromete-se a “inserir, adicionalmente, nas Leis Orçamentárias Anuais (LO’s), o valor em reais que corresponde ao orçamento atual da Famema e da Famerp, com os acréscimos necessários à compatibilização com os cursos do padrão da Unesp, equivalente a 0,2097% a mais na quota do ICMS atualmente garantida às universidades estaduais em nome de sua autonomia.” Para a USP, que incorporaria a Faenquil, a minuta prevê 0,07% a mais na quota do ICMS. Para a Unicamp (visando a criação do campus de Limeira), o percentual é de 0,05%. O total de acréscimo, com isso (somando USP, Unesp e Unicamp), seria de 0,3297%. Com exceção do índice da Unicamp, nada disso está consolidado, ou seja, dependeria da vontade política do governo de plantão, a cada ano, de repassar os valores.

A comissão

A comissão criada pelo CO para assessorar o reitor nas negociações compõe-se dos docentes Pasqual Barreti, vice-diretor em exercício da Faculdade de Medicina (FM) de Botucatu, Rosa Maria Feteiro Cavalari, docente do Instituto de Biociências (IB) de Rio Claro, Maysa Furlan, diretora do Instituto de Química (IQ) de Araraquara, pela representante discente Cristiane Batista de Oliveira e pelo servidor técnico-administrativo Reinaldo Dutra, da Administração Geral do Campus de Bauru.

A manobra se aprofunda quando vemos que as propostas de minuta tratam a expansão na Unicamp e as incorporações na USP e na Unesp num índice único. E como fica a expansão já realizada na USP (Zona Leste) e na Unesp (novas unidades e novos cursos)? A verba para esta expansão não aparece em lugar algum.

Nesse ponto, é importante lembrar um estudo feito pelo Cruesp, no ano passado, em que os reitores apontavam a necessidade de aumentar o percentual do ICMS dos atuais 9,57% para 9,92% (acréscimo de 0,35%) somente para consolidar a expansão já realizada. Portanto, se somarmos esse valor aos 0,3297% que o governo propõe agora – para a encampação da Famema, Famerp e Faenquil, bem como para a criação do campus de Limeira pela Unicamp –, seria necessário subir a quota do ICMS para 10,2497%. Em outras palavras, somente daria para negociar as novas incorporações se o governo consolidasse na quota do ICMS um percentual de, no mínimo, 10,2497%.

Também é importante lembrar que o Fórum das Seis vem propondo na Assembléia Legislativa de SP, todos os anos, que o percentual do ICMS necessário à manutenção da qualidade nas universidades estaduais paulistas deve ser de 11,6% do ICMS.

O que está em jogo

Um ponto ainda não esclarecido nas negociações será o destino do Hospital Universitário ligado à Famema (uma vez que o da Famerp é desvinculado). Embora o percentual proposto pela comissão do CO que estudou a Famema e a Famerp (0,2059% do ICMS) não preveja o hospital, o mesmo não ocorre com a minuta apresentada pelo governo, na qual esse ponto é obscuro.

A Adunesp e o Sintunesp, como legítimos representantes dos docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade, entendem que a instituição vive um momento histórico importante. A decisão dos conselheiros do CO expressa sensibilidade às preocupações da comunidade acadêmica e deve ser saudada por isso. Agora, é preciso que as negociações sejam conduzidas de maneira firme, de forma

a garantir o financiamento e a consolidação definitiva da expansão já realizada e o percentual necessário à encampação da Famema e da Famerp. Sem garantia definitiva de verbas, estaremos caindo em novo conto do vigário.

Proposta de Assis balizou decisão do CO

Reunida em 14 de março, a congregação da FCL, campus de Assis, aprovou um conjunto de deliberações que acabaram balizando a decisão do CO no dia 23 de março. Abaixo, confira o trecho que apresenta as propostas. Vale ressaltar que o único ponto não aprovado pelo CO diz respeito ao poder que teria a comissão de negociar com o governo do estado. Os conselheiros do CO preferiram conferir a tarefa da negociação ao reitor, com a assessoria da comissão.

“A Congregação da FCL/Unesp-Assis resolve indicar ao Conselho Universitário que, frente à proposta da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia para a incorporação da Famerp e da Famema, manifeste a seguinte posição:

- Não negociar as incorporações em separado do processo de expansão do ensino público paulista;
- Que reafirme a necessidade de que se discuta qualquer incorporação dentro da perspectiva da expansão do ensino público e gratuito no estado de São Paulo;
- Que se considere, diante dos dados técnicos, a necessidade dos recursos para a expansão como um todo, garantindo que (os recursos) sejam assegurados na Constituição do Estado;
- Que se estabeleça um processo de discussão transparente envolvendo as universidades públicas paulistas, a Assembléia Legislativa de São Paulo e o governo estadual;
- Que a Unesp seja representada neste processo por uma comissão designada pelo CO;
- Que este processo não seja pautado pelo calendário eleitoral.”

✓ **EXPANSÃO E ENCAMPAÇÃO COM QUALIDADE SÓ SÃO POSSÍVEIS COM GARANTIA PERMANENTE DE RECURSOS!**

✓ **EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE!**